Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

# CLIPPING IMPRESSO

## 22/11/2018

comunicação
& informação

# INDICE


1. JORNAL AQUI
   1.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS ..... 1 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. COMARCAS..... 4 - 5
   2.2. DESEMBARGADOR..... 6
3. JORNAL EXTRA
   3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 7
   3.2. JUÍZES..... 8 - 9
4. JORNAL O IMPARCIAL
   4.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS ..... 10
5. JORNAL O PROGRESSO
   5.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 11
   5.2. DECISÕES..... 12
6. JORNAL O QUARTO PODER
   6.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 13 - 14
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. COMARCAS..... 15
   7.2. EVENTOS..... 16
   7.3. OBRAS / REFORMAS..... 17


Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

# São Luís começa a ser decorada para o Natal

Prefeitura de São Luís inicia iluminação decorativa da cidade para as festas de fim de ano

A capital maranhense começa a entrar no clima natalino com a decoração especial que a gestão do prefeito Edivaldo Holanda Júnior está preparando para a data. A Prefeitura de São Luís vai utilizar centenas de peças e elementos decorativos, distribuídos em pontos estratégicos da cidade. Neste conjunto, árvores natalinas, entre elas uma de 12 metros, se destacam embelezando as áreas decoradas. Os elementos vão decorar fachadas dos principais monumentos da cidade. Os trabalhos iniciaram na última semana.

Um dos principais critérios para escolha dos pontos a serem decorados foi a grande procura por visitação. O objetivo é atrair ainda mais o público e estimular a confraternização neste período de festas e união entre as pessoas.

Os trabalhos iniciaram com a decoração da fachada do Palácio La Ravardière, sede do governo municipal. No local foram implantadas micro lâmpadas e peças decorativas. As palmeiras e árvores da praça receberam cordas de luz. Árvores natalinas ricamente decoradas vão embelezar ainda mais o cenário de pontos turísticos de grande visitação na capital. A maior delas, de 12 metros, vai emoldurar a área externa da Catedral Metropolitana, a Igreja da Sé. A árvore será coberta de micro lâmpadas douradas e enfeites característicos como bolas, cordas e peças luminosas, entre outros. O Palácio dos Leões, sede do Governo do Maranhão, vai ganhar uma árvore do tipo pinheiro, de sete metros de altura.

No Espigão Costeiro, a magia do Natal será completa com outra árvore de sete metros de altura, montada em fibra de vidro. Este mesmo modelo embeleza as praças Deodoro e Pantheon. Na Praça Benedito Leite será instalada uma árvore em 3D, com efeitos luminosos em 360 graus e estrutura toda em camadas que serão preenchidas com micro lâmpadas douradas.

## Pontos que serão decorados

Na lista de pontos que estão recebendo decoração natalina está a Praça Dom Pedro II, no Centro Histórico. A rampa de acesso à praça receberá um portal iluminado com cascata de led, mais centenas de adereços luminosos como as 150 estrelas em corda de led enroladas nos postes. O local terá decoração nas árvores naturais com micro lâmpadas douradas e conjuntos de estrelas. Peças em flores, velas e anjos em 3D com micro lâmpadas em led complementam o visual do espaço.

No Palácio dos Leões, sede do Governo do Maranhão, as equipes da Prefeitura estão instalando peças decorativas e um conjunto de micro lâmpadas. O contorno da fachada do prédio histórico será feito todo em tubos de led e tiras de micro lâmpadas formando árvore e terá também o texto 'Boas Festas'.

A fachada do Tribunal de Justiça do Maranhão, da Igreja da Sé e a Praça Benedito Leite, também vão receber decoração com iluminação especial composta por elementos natalinos e muitas micro lâmpadas de led douradas. Pontos turísticos como o Espigão da Ponta d'Areia, a Praça da Lagoa da Jansen, Praça do Foguetinho, Praça Deodoro e Pantheon são outros contemplados com a iluminação natalina. As pontes Bandeira Tribuzi e São Francisco vão ganhar grandes peças decorativas para postes laterais e verticais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

AS PALMEIRAS E ÁRVORES DA PRAÇA RECEBERAM CORDAS DE LUZ

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

VÁRIAS PRAÇAS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS SERÃO DECORADAS

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

# Justiça pede delegacias novas e equipadas na cidade de Buriticupu

Poder Judiciário proferiu decisão exigindo a criação da Delegacia Regional e Especial da Mulher, assim como o aumento de efetivo policial naquela cidade

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

O Poder Judiciário determinou que o Estado do Maranhão instale uma Delegacia Regional, crie a Delegacia Especial da Mulher e designe três delegados de Polícia Civil, quatro investigadores, um perito criminal e um médico legista, todos concursado, para a cidade de Buriticupu. Em caso descumprimento, o Estado deverá pagar multa diária de R$ 5 mil até o limite de R$ 10 milhões, conforme artigo do Código de Processo Civil.

A ordem judicial foi assinada pelo juiz de Buriticupu, Raphael Leite Guedes, na última segunda-feira. Segundo a decisão judicial, enquanto não for construído um novo prédio, a Delegacia Regional de Buriticupu deverá ser instalada em local próprio e adequado.

O Estado deverá adotar no prazo máximo de 90 dias, reforma das celas da delegacia de Polícia Civil de Buriticupu, podendo construir outras e criar mais vagas, observando-se os padrões de ventilação natural, iluminação e conforto térmico; restauração das camas de cimento e fornecimento de colchões e roupas de cama, bem como isolamento da fiação elétrica das celas.

## Recursos

A decisão judicial determina, também, que o Estado deverá destinar recursos materiais suficientes à Polícia Civil de Buriticupu para o exercício das atividades da polícia judiciária, tais como viaturas, rádios, combustível, armamento, bem como para as atividades de limpeza da delegacia e o implemento de programa permanente de limpeza e desinfecção das celas.

O magistrado declarou que consiste em verdadeiro abandono e descaso com a manutenção da estrutura física e estrutural adequada das delegacias de polícia civil em todo o estado, conforme amplamente comprovado nos autos através da documentação anexada, sobretudo as imagens juntadas e deve o Poder Judiciário garantir que seja interrompida a presente situação.

Divulgação

Delegacia atual que está abandonada e oferece serviço degradante

Ainda de acordo com o juiz, o estado deficiente do sistema de segurança pública não é uma peculiaridade do Maranhão, mas uma verdadeira crise institucional que atinge todos os entes da Federação. "A superlotação carcerária e a precariedade das instalações das delegacias e presídios mais do que inobservância, pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoas que se encontram sob custódia e à população que de modo geral busca o atendimento nas diversas unidades policiais após serem vítimas das mais variadas práticas delituosas", afirmou.

## Insalubre

Ele declarou, ainda, que a estrutura física atual da delegacia de polícia de Buriticupu é lamentável, permanecendo os detentos em situação degradante e ultrajante na medida em que permanecem em ambiente insalubre e sem condições de higiene adequadas, bem como as mulheres vítimas da violência doméstica e familiar são atendidas em local inapropriado e sem qualquer separação específica, ocasionando nova violação, na própria unidade policial, aos seus direitos resguardados por lei.

## Nota

A Secretaria de Segurança de Pública (SSP), por meio de nota, informou, ontem, que está tomando providências legais acerca do caso e que prestará os devidos esclarecimentos. Reitera ainda que o Governo do Maranhão realocou, em unidades prisionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), todos os detentos custodiados em delegacias do interior, cujo processo de transferência finalizou em setembro. Desde o início da atual gestão, o governo vem adotando um plano de reestruturação dos equipamentos de segurança, cujos investimentos incluem melhorias físicas com a reforma e construção de delegacias.

Ainda segundo a nota, ao todo já são 53 delegacias novas ou reformadas e as unidades de Pio XII e Buriticupu estão no cronograma de obras da SSP. O aporte inclui também a equipagem das polícias com armamento e viaturas; cursos de formação continuada e a especificidade da investigação por meio de departamentos, a exemplo da Delegacia Móvel de Homicídios. Para reforçar o aparato de segurança no combate à criminalidade, o Governo do Estado realizou três concursos para as Polícias Militar e Civil do Maranhão, entre 2017 e 2018. No total, foram ofertadas 1.314 vagas para provimento imediato, além de 2.778 para formação de cadastro de reserva. O aumento no efetivo policial superou a marca histórica de 12 mil policiais em serviço. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

## Palestra de José Bernardo

O desembargador José Bernardo Rodrigues, do Tribunal de Justiça do Maranhão, ministrou na última segunda-feira, palestra sobre o tema "Direitos Sociais e Cidadania", para cerca de 200 alunos do ensino médio do Centro de Ensino Paulo Freire, no bairro do Turu.

Com uma abordagem simples e didática, o magistrado tratou de assuntos relacionados aos direitos fundamentais, sociais e políticos, igualdade e cidadania, ressaltando a responsabilidade de cada cidadão na busca por seus objetivos e a espiritualidade como base de vida.

Bernardo Rodrigues compartilhou sua trajetória de vida e profissional, relembrando momentos desde a época como jogador profissional de futebol no Graça Aranha Esporte Clube, em 1967, até o ingresso na carreira como magistrado no Judiciário maranhense.

Além de compartilhar suas experiências, o magistrado orientou os jovens a estudarem bastante, lutarem e acreditarem em seus sonhos.

## Outras palestras

O desembargador José Bernardo Rodrigues também já proferiu palestras sobre "Direitos Sociais e Cidadania", no Centro de Ensino Governador Edson Lobão (Cegel), no Colégio Santa Teresa e no Centro Integrado do Rio Anil (Cintra), para alunos da rede estadual de ensino médio, e ainda, na aula inaugural aos cadetes da 23ª turma do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão.

Na Faculdade Estácio, debateu o tema "Dosimetria da Pena", para acadêmicos do curso de Direito.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

# Ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas é condenada por falta de licitação

PÁGINA 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

# Ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas é condenada por falta de licitação

A ex-prefeita do município de Bom Jesus das Selvas, Maria de Sousa Lira, foi condenada em Ação Penal a 4 anos e 1 mês de reclusão, acrescida de 60 dias-multa, cada dia no valor de 1/30 do salário mínimo vigente quando foi gestora municipal, e a reparar danos causados no valor de R$ 1.531.241,62, referente a despesas realizadas sem licitação.

A sentença, do juiz Rapahel Leite Guedes (1ª Vara da comarca de Buriticupu), atendeu ao pedido do Ministério Público estadual em Ação Penal Pública, pela condenação da ex-gestora com base no artigo 89 da Lei das Licitações (nº 8.666/93) - "dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade" -, que estabelece pena de detenção de três a cinco anos, além de multa.

Com base no que determina o Código Penal, o juiz determinou o regime semi-aberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento semelhante. E, considerando que a acusada permaneceu em liberdade durante toda a instrução processual e ausentes os requisitos que fundamentam a prisão preventiva, concedeu a ela o direito de recorrer da sentença em liberdade.

Na análise do processo, o juiz constatou que a materialidade e a autoria do crime restaram amplamente comprovadas, por meio das provas contidas nos autos, sobretudo o relatório do Tribunal de Contas do Estado, com o detalhamento das irregularidades praticadas pela ré envolvendo despesas vultosas sem o procedimento licitatório, que ultrapassam o montante de um milhão e quinhentos mil reais.

PENA - Na definição da pena, o juiz considerou as conseqüências do crime desfavoráveis, prejudicando o destino da verba pública a toda a população municipal de Bom Jesus da Selvas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

As fachadas do Tribunal de Justiça, da Igreja da Sé e a Praça Benedito Leite, também vão receber decoração com iluminação especial composta por elementos natalinos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

# Corregedoria mobiliza comarcas para a segunda Semana de Baixas Processuais

Com o objetivo de reduzir o acervo de processos e a taxa de congestionamento, as comarcas do Maranhão realizam, no período de 26 a 30 de novembro, a segunda "Semana de Baixas Processuais", quando serão analisados os processos julgados e não baixados, para o arquivamento definitivo. A iniciativa prioriza a meta do Judiciário Nacional de reduzir o estoque de processos em tramitação e considera o princípio constitucional da duração razoável do processo.

A "Semana de Baixas Processuais" foi instituída pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do Provimento Nº 10/2018, assinado em abril deste ano pelo corregedor-geral Marcelo Carvalho Silva. O corregedor recomendou aos juízes esforço concentrado para que sejam analisados, em regime de mutirão, todos os processos julgados e não baixados, com o objetivo de arquivamento definitivo dos processos transitados em julgado, e, ainda, que sejam remetidos às instâncias superiores os processos prontos para essa diligência.

A baixa processual ocorre com a retirada dos processos judiciais de forma definitiva dos sistemas do Judiciário, com o arquivamento, após o trânsito em julgado da sentença. O esforço concentrado também incluirá a realização de intimações e certificações de trânsito em julgado.

Em algumas comarcas, o período da Semana de Baixas coincidirá com a realização do Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa", de iniciativa do STF e acompanhamento pela Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, que prioriza as audiências e julgamentos dos processos que envolvem violência doméstica contra a mulher. Nesses casos, o corregedor orientou os juízes a priorizar esses processos - se houver -, tendo em vista que a rotina de baixa processual deve ser desenvolvida no decorrer de todo o ano.

Também recomendou aos juízes a intensificar a rotina de baixa processual até o dia 30 de novembro, a fim de que o projeto atinja os objetivos traçados. Nessa data, será encerrado o prazo de apuração dos dados para fins de concessão do "Selo Unidade Destaque em Baixa Processual", criado para apoiar e reconhecer o empenho das unidades judiciais.

**Semana -** A primeira Semana de Baixa Processual foi realizada de 11 a 15 de junho, quando a Justiça de 1º Grau do Maranhão baixou o total de 32.353 processos, que foram arquivados definitivamente e

retirados dos acervos de 266 unidades judiciais, entre varas e juizados de todo o Estado.

Segundo o relatório, os processos baixados que já estavam julgados representaram 83,64% (27002 processos) do total de baixados, e 16,54% foram processos não julgados (5351) - duplicidades, declinações de competência, inquéritos, etc.

**Suspensão** - Com a realização da Semana de Baixa, o expediente forense será suspenso em diversas comarcas do interior, de 26 a 30 de novembro. Bequimão, Paraibano, Açailândia (2ª Vara Criminal) Bom Jardim e Coêlho Neto, já comunicaram à Corregedoria a suspensão do expediente naquele período.

Nessas unidades, o atendimento ao público em geral e os prazos processuais serão suspensos temporariamente, enquanto será mantido o plantão judiciário para recebimento e apreciação de questões urgentes, nos casos relacionados a indiciados presos, réus presos, pedidos de tutela de urgência e demais situações, conforme o artigo 62 do Código de Normas da Corregedoria.

Os prazos legais de processos em tramitação que vencerem durante o período de suspensão do expediente ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte ao período da suspensão do expediente.

As portarias que determinam a suspensão do expediente foram afixadas nos fóruns judiciários, e publicadas no Diário de Justiça Eletrônico. Também foram comunicadas ao Ministério Público, à Defensoria Pública, Delegacia de Polícia e demais órgãos locais relacionados às atividades jurisdicionais nas unidades jurisdicionais.

***(Asscom CGJ)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

urgentes e excepcionais de processos físicos

# RESOLUÇÃO ALTERADA | Magistrados podem usar plataforma eletrônica em casos urgentes e excepcionais de processos físicos

Ribamar Pinheiro

***Desembargador Joaquim Figueiredo foi o relator da proposta***

Por decisão unânime, em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os desembargadores aprovaram alteração na Resolução nº 57/2010, que institui o Digidoc - Sistema de tramitação virtual de documento, requisições e processos administrativos - com o intuito de que, em hipóteses de urgência e excepcionalidade, em processos com tramitação física, o magistrado possa utilizar o sistema para a elaboração de atos judiciais.

O relator da proposta feita pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), desembargador Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA), revelou ter ouvido o pleito de juízes em visitas a comarcas do interior.

De acordo com a alteração na resolução, o magistrado que estiver fora de sua área jurisdicional - e precisar despachar uma medida em processo físico - poderá fazê-lo por meio da plataforma eletrônica, desde que configuradas as situações de urgência e excepcionalidade.

Além do parágrafo 5º, que dispõe sobre essa possibilidade, também foi acrescentado ao Artigo 1º da resolução o parágrafo 6º, informando que, após a validação do ato judicial no Digidoc, deve a Secretaria Judicial providenciar o necessário cadastro no sistema Themis PG a juntada de cópia nos autos físicos.

***(Asscom TJMA)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

# Paço do Lumiar se prepara para fechamento do lixão do município

No próximo dia 30 deste mês, a Prefeitura de Paço do Lumiar irá fechar, definitivamente, o lixão localizado na comunidade de Iguaba. Com isso, os resíduos sólidos do município passam a ser direcionados para o Aterro Sanitário Titara, localizado em Rosário, e que já serve como destino final do lixo de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e da própria cidade de Rosário. **Página 5**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

# Paço do Lumiar se prepara para fechamento do lixão do município

No próximo dia 30 deste mês, a Prefeitura de Paço do Lumiar irá fechar, definitivamente, o lixão localizado na comunidade de Iguaba. Com isso, os resíduos sólidos do município passam a ser direcionados para o Aterro Sanitário Titara, localizado em Rosário, e que já serve como destino final do lixo de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e da própria cidade de Rosário.

O fechamento segue uma determinação que foi reforçada pelo prefeito Domingos Dutra, durante uma audiência ocorrida mês passado na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, localizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, presidida pelo juiz Douglas Melo Martins. A decisão, por sua vez, obedece às determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada em agosto de 2010, que definiu as diretrizes gerais para a gestão dos resíduos.

Foi a necessidade de eliminação destes espaços inapropriados para deposição de resíduos que fez com que a AGEM emitisse, no mês de julho deste ano, a Ordem de Serviço para Disposição Final em Aterro Sanitário dos Resíduos Sólidos Urbanos dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), cujo destino final é o Aterro Sanitário Titara, em Rosário. "O problema dos lixões é algo que atinge todo o Brasil e sempre se configurou como um problema de difícil solução. A adoção de um aterro sanitário, no caso o Titara, é fundamental para sanar esta questão", afirmou o presidente da Agência Executiva Metropolitana (AGEM), Lívio Jonas Mendonça Corrêa.

**Reciclagem** - O fechamento do lixão provoca o surgimento de uma demanda por parte dos catadores, profissionais que tiram no lixo sua fonte de renda. Essa foi outra questão tratada na audiência com o juiz Douglas Melo Martins, mas que, de acordo com o presidente da AGEM, já vem sendo discutida há algum tempo e, em maio deste ano, foi apresentada ao governador Flávio Dino. "Após a reunião foi definida a necessidade de galpões para a coleta seletiva de materiais de reciclagem", lembra Lívio Corrêa.

Os galpões, localizados na MA-202 (próximo ao Val Paraíso), já estão disponíveis e adaptados para utilização por parte dos catadores. "Com isso, esses trabalhadores poderão ser incluídos no novo processo de tratamento dos resíduos sólidos da Região Metropolitana da Grande São Luís", acrescenta o presidente da AGEM.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

adote as providências necessárias para a instalação da Delegacia (...)

# Informe JP

## Miudinhas

• O Poder Judiciário de Buriticupu determinou, no dia 19, que o Estado do Maranhão adote as providências necessárias para a instalação da Delegacia Regional de Buriticupu.
• E também que proceda à criação e instalação física e estrutural da Delegacia Especializada de Proteção à Mulher em situação de violência doméstica e familiar (Delegacia da Mulher de Buriticupu).
• A decisão judicial determina, ainda, que o Estado designe e mantenha três delegados de Polícia Civil, quatro investigadores, um perito criminal, e um médico legista, todos concursados, para a Delegacia de Polícia Civil de Buriticupu, no prazo máximo de 10 dias.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Kátia Persovisan
katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: https://www.facebook.com/persovisan
Blog: http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/

# CONTEXTO

## Workshop

Profissionais de comunicação do sistema de Justiça brasileiro se reunirão no I Workshop Cases de Comunicação do Sistema de Justiça para compartilharem boas práticas desenvolvidas na área. O evento é promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Escola Superior da Magistratura (ESMAM).A programação será aberta com pronunciamento do vice-presidente do FNCJ, Luciano Augusto Souza Andrade. Também poderão participar profissionais e estudantes de Jornalismo, Rádio e TV, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Direito e Administração.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

## Rapidinhas

• O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, realiza, hoje (22), a entrega oficial da reforma do Fórum de Caxias, em solenidade às 11h30.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo